

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**-----
 -----**REUNIÃO DO DIA VINTE E SEIS DE MAIO DE DOIS MIL**-----
 -----**ACTA NÚMERO QUATRO / DOIS MIL**-----
 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente – Feliciano José Barreiras Duarte;
 Primeiro Secretário – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins;-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Feliciano José Barreiras Duarte (P.S.D.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (C.D.S./P.P.), António José Correia Botelho de Sousa (P.S.), Victor Manuel Ferreira da Costa (P.S.), José Jorge Pereira da Franca (P.S.D.), Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.), Virgílio Paulo Silva (P.S.), Maria Teresa Rodrigues Faustino (C.D.U.), Luisa Maria Bastos Gonçalves M. F. Ferreira (P.S.D.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), Teresinha de Jesus Faustino Saramago Heliodoro Faria (C.D.S./P.P.), Ricardo Manuel Lopes Duarte (P.S.D.), António Miguel Lemos Cardoso (P.S.), Carlos Alberto Correia Neves (PSD), Henrique Manuel Bicho Vinagre (C.D.U.), Victor Manuel Ferreira da Fonseca (P.S.), Rui Pedro Marques da Fonseca (P.S.D.), Armando José Leal Carvalho (P.S.D.), Jorge Fernando Dias Sousa Ferreira Gomes (C.D.S./P.P.), João Manuel Ferreira Paulino (P.S.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Joaquim Gomes Silva (P.S.D.), Adriano Reis Carvalho (P.S.D.) e Marcos Agostinho Gomes (P.S.D.).-----

-----Faltou a esta sessão a senhora D. Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (P.S.D.).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e os senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, José Vítor Ribeiro Silva, Luis Alberto Camilo Duarte, e Armando Salvador Maia da Fonseca, o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição, Sérgio Manuel da Silva Duarte, o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira, o Dr. Paulo Campos e o eng. Catarino do I.P.E. – Investimentos e Participações Empresariais.-----

-----Pelas 21H45, o senhor presidente da mesa da Assembleia, declarou aberta a sessão realizada no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município de Bombarral.-----

-----**ÁGUAS DO OESTE, S.A.:** Usou da palavra o senhor presidente da Câmara dizendo ter feito chegar aos membros da Assembleia Municipal um conjunto de informações que não procuraram ser senão alguns elementos de pormenor do procedimento de criação da empresa Águas do Oeste, S.A.. Os representantes do I.P.E., Dr. Paulo Campos e eng. Catarino, estão disponíveis para prestarem os esclarecimentos tidos por necessários. Referiu que como todos sabem, o concelho de Bombarral deu início em determinada altura ao seu Plano Geral de Saneamento, que foi aprovado pela Câmara Municipal e concebia a existência de um determinado número de E.T.A.R.'s, projecto esse que foi entregue na Direcção Regional do Ambiente. Com a alteração do governo, a política do Ministério do Ambiente teve também o seu reajustamento, passando a assentar num emissor junto ao Rio Real, confluindo as águas residuais para uma nova E.T.A.R. junto à Foz do Arelho. De alguma forma na Associação de Municípios

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

do Oeste, a gerência deste assunto foi feita na procura de soluções. Com a marcha do tempo e o começo do III Quadro Comunitário de Apoio viram-se na necessidade de enquadrar uma solução que merecesse a aceitação do Ministério do Ambiente. Ficaram à mercê de uma solução desenvolvida noutros locais do País. Procuraram acautelar as consequências quer no que toca à transferência de infra-estruturas, quer no que toca aos elementos económicos a nível do tarifário. Para se ter acesso aos fundos de coesão são necessários meios próprios que nenhum executivo, só por si, consegue ter, sendo necessários projectos que integrem vários municípios. Tendo em conta o custo e o benefício o que é certo é que a E.P.A.L. tem sempre levado o seu investimento para as áreas urbanas. -----

-----O Dr. Paulo Campos usou seguidamente da palavra, começando por apresentar a I.P.E. e por historiar a existência da empresa Águas de Portugal, referindo tratar-se de uma empresa que trata as questões relacionadas com as águas residuais, gerindo um conjunto de empresas que foram concessionadas um pouco por todo o País e que foram criadas entre 1995 e 1999. Estes projectos foram aprovados pelo II Quadro Comunitário de Apoio, tratando-se de um modelo concebido em 1993 e que visava empresariar o sector e absorver alguns financiamentos significativos que estavam disponíveis na altura. Neste momento, com a preparação do III Quadro Comunitário de Apoio, a Associação de Municípios do Oeste, solicitou ao governo, com alguma insistência, a criação de um sistema multi-municipal de águas residuais. Foram feitos estudos e em Janeiro houve uma reunião com os presidentes de 14 Câmaras da A.M.O. e o Ministério do Ambiente, onde se perspectivou o III Quadro Comunitário de Apoio, donde resultou um grupo de trabalho que devia tratar das questões das águas residuais na área da A.M.O.. Daqui resultou a decisão de criar o sistema multi-municipal do Oeste em duas fases, sendo a primeira a despoluição da Lagoa de Óbidos e da concha de São Martinho. Esta é a décima segunda Assembleia Municipal na área da A.M.O. que se debruça sobre esta matéria, e em quase todas a adesão à empresa Águas do Oeste, ou, nalguns casos, com ligeiras abstenções, encontrando-se neste momento na fase de ultimate do sistema. Após se receberem os pareceres de todas as Assembleias Municipais, de imediato se avançará com as obras de despoluição de São Martinho do Porto. Já apresentaram à A.M.O. o primeiro esboço do sistema de abastecimento de água aos 14 municípios, esperando até Julho ter o plano de tratamento de águas residuais dos 8 concelhos não integrados no anterior projecto. Relativamente à Lagoa de Óbidos procura-se levar as águas residuais para uma grande E.T.A.R. e depois drenar os efluentes em alto mar. No sistema de São Martinho vai-se levar as águas residuais para uma grande E.T.A.R. e depois, por emissário submarino, drená-las para o alto mar. Manter-se-ão algumas E.T.A.R.'s individuais que devido à sua pequena dimensão não irão afectar as linhas de água. Desta forma resolver-se-á um problema que tem preocupado os sucessivos executivos e autarcas da região. Esta solução rondará um investimento de cerca de 30 milhões de contos. É um investimento significativo que irá permitir potenciar o desenvolvimento da região, que passará a corresponder aos critérios mais exigentes em termos do tratamento das águas. Este investimento será participado de forma significativa pelos fundos de coesão, ao qual, com as novas regras, só pode haver candidaturas supra municipais. O governo tem um grande empenho para que se encontrem soluções para todo o País, prevendo-se no plano nacional um investimento na

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

ordem de mais de 500 milhões de contos para resolver o problema nos sistemas em alta. Urge que haja rapidez para se aproveitar este Quadro Comunitário de Apoio, tendo a A.M.O. feito todos os esforços para estar no pelotão da frente. -----

-----O senhor Virgílio Silva (P.S.) disse sentir o problema da água como um grande problema. Considerou que mais importante do que o tratamento das águas residuais é conceber um plano de captação e tratamento de água de forma a encarar-se o próximo século. Perguntou onde e como é que se pensa fazer a captação e distribuição de água, qual a qualidade e quais os estudos feitos. -----

-----O senhor Victor Costa (P.S.) disse que o documento que lhe foi distribuído vinha acompanhado da cópia de uma acta em que três vereadores votaram contra por razões de ordem vária. Numa delas registou que existe um estudo feito pelo prof. João Levy que não veio junto à documentação e dada a escassez de informação com que são confrontados pergunta porque é que esse estudo não foi igualmente distribuído porque provavelmente daria informações valiosas sobre o assunto que estão a discutir. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) perguntou porque é que é necessário tratar as questões do abastecimento de água e do saneamento no mesmo pacote. Sabem há muito tempo que o Bombarral não tem uma estação de tratamento de esgotos, daí parecer-lhes natural porque há anos que se discute isso. O aparecimento deste novo projecto deixa-os surpresos e mais ignorantes. Porquê juntar o abastecimento de água tendo em conta os vultosos investimentos que a Câmara Municipal tem feito nos últimos anos? O que é este sistema significa para nós? Com a documentação que a Câmara Municipal enviou quando se pensa nestas questões fica-se com algumas dúvidas. Isto é bom e importante para o Bombarral? Porquê? Porque devemos aderir a este sistema? Senão aderirmos o que é que perdemos? Depois existem as questões do capital com que a Câmara Municipal se envolve. Que garantias tem neste sistema que no futuro será privado? Até tendo em conta as questões colocadas pelos vereadores que votaram contra, ficam algumas dúvidas. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que como referiu tinham concebido o sistema geral de saneamento que cobriria o concelho com E.T.A.R.'s. Esse sistema foi na altura bem recebido no Ministério do Ambiente e custava cerca de 450 mil contos, mas a alteração de política do Ministério do Ambiente foi a razão desta alteração. A água foi junta a este sistema porque sendo um vector de que todo o Oeste tem carência, acabou por se juntar o elemento, não obstante a pressão que desde os anos 80 se procurava exercer junto da E.P.A.L. para fazer chegar uma conduta à nossa região, mas houve um resfriamento e as coisas não andaram até porque a própria conduta adutora não tem capacidade para fazer o abastecimento a Norte de Torres Vedras. Os perigos da não adesão são que os municípios não estão preparados para fazer um esforço sem os fundos de coesão para fazer face a estas circunstâncias. -----

-----Seguidamente o senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) retirou-se da Mesa, tomando lugar junto ao grupo do C.D.S./P.P..-----

-----O Dr. Paulo Campos considerou que a abordagem em conjunto das questões da água e dos esgotos, em termos ambientais, faz todo o sentido porque é um ciclo integrado e as recomendações da União Europeia vão nesse sentido. Toda esta situação se deve ao esforço e abnegação da A.M.O. para resolver o problema das águas

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

residuais em 14 concelhos, passando o problema também pelo abastecimento de água. Em boa hora o fez para uma região com as características desta, poder apresentar um cartaz com excelentes infra-estruturas de água e de tratamento de águas residuais. É fundamental e indispensável qualquer região com ambições turísticas apresentar estas condições. A linha de costa também apresentará uma qualidade de água impar. Foi uma visão extraordinária por parte dos municípios que tiveram a coragem de lançar mãos à obra. Disse não ter conhecimento do estudo do prof. João Levy. Queria salientar que quer o impacto na saúde pública, quer no bem estar e nos indicadores globais da região dependem em grande medida das infra-estruturas para se terem indicadores de qualidade, sendo certo que muito dificilmente os munícipes teriam condições para fazer face a estes desafios a menos que fossem enquadrados numa solução global. Os sistemas multimunicipais da forma como foram concebidos obrigam a que 51% do capital esteja em mãos de entidades públicas. A lei de delimitação de sectores não permite que mais de 49% deste tipo de sistemas seja privatizado, havendo a garantia de que o sistema continuará público enquanto a Assembleia da República não alterar a estrutura para o que são necessários 2/3 dos deputados. Realçou o empenho do governo tem na concepção destes investimentos para contribuir para a resolução destes problemas. Se o Bombarral não aderir obviamente que lhe serão dadas todas as condições para resolver o problema de outra maneira, mas obviamente com mais esforço da parte o município de Bombarral. A solução que se aponta é mais económica e possibilita ter ganhos em termos de investimentos. -----

-----O senhor vereador Luis Duarte disse que o que pode informar é que o prof. João Levy não teve prestações de serviços no sentido de fazer a análise desta proposta. Estava a fazer um estudo que a Câmara Municipal tinha encomendado para tratamento de esgotos e recolha de lixos. Em determinada altura quando se começou a desenvolver esta dinâmica na A.M.O. pediram-lhe para levantar algumas questões sobre o estudo prévio e o prof. João Levy fez algumas sugestões, mas tudo na base de tópicos e que fazem parte das recomendações que integram a deliberação da Câmara Municipal. Também comunga da maior parte das questões colocadas pelos vereadores, mas como votou a favor não teve direito a declaração de voto. Parece quase um paradoxo estarem a defender uma dama que devia ser defendida por quem mais se identifica com a política governamental. O último processo de abordagem à E.P.A.L. foi desencadeado pelo município de Bombarral porque a nossa qualidade de água põe em causa o abastecimento em termo de curto prazo. Nada garante no futuro o abastecimento à população do concelho de Bombarral com o actual método. Foi na sequência dessa abordagem que a A.M.O. se envolveu e que levou à apresentação do plano director da E.P.A.L. que abrange toda a região até Alcobaça. Também lhe faz alguma confusão e por isso defende que o melhor modelo era aquele que tinham com um sistema lagonar final cuja água podia ser aproveitada para a agricultura. A nível de água ainda recentemente tivemos um problema de falta de água que resultou de um esforço para nos próximos 12 / 15 anos termos água em quantidade mas sem garantia de qualidade. O Bombarral não vai ter capacidade para por si próprio lançar um projecto de saneamento do concelho sem acesso aos fundos comunitários. É também pertinente que se diga que os problemas de abastecimento de água se vão agravar no futuro. Também

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

discorda que os municípios tenham 49% do capital e o Estado tenha 51%, mas neste momento não podemos ficar de fora. -----

-----O senhor Virgílio Silva (P.S.) disse que não estão a defender a dama contrária, mas sim a querer ser esclarecidos sobre um problema importante para o concelho. A sua opinião individual é que o problema devia ser integrado em todas as vertentes. Há 30 anos que ouve falar neste problema que cada vez é mais grave. Pensa que o tratamento da água deve ser globalizado tendo em conta todos os problemas. É um pouco perigoso que se venha a depender da E.P.A.L. e só da E.P.A.L.. Mais importante do que isso é não estar a ser estudado o problema da outra água. A outra vertente devia ser colocada agora no nosso concelho onde temos uma agricultura que atravessa muitas dificuldades. Pensa que aí é o grande problema. Tem dificuldades em perceber como é que o Bombarral participa com 3,69% do capital quando existem concelhos que participam com 1%. -----

-----O senhor Victor Costa (P.S.) disse que a bancada do P.S. não está muito preocupada com a defesa do governo, porque o P.S.D. está a fazê-la de maneira brilhante. Fala-se muito da água, mais do que do saneamento. Sem dúvida que sem abastecimento da E.P.A.L. teremos que aderir a um sistema integrado sem desprezar as nossas fontes. O que mais o intriga é a questão das águas residuais e o Bombarral está em desvantagem porque não tem separação entre as águas limpas e as águas sujas. É evidente que o Bombarral ou outros concelhos que não tenham esta separação vão pagar as duas ao mesmo tempo o que sairá a um preço incomportável. Tudo vai no mesmo saco e aí o contador é inflexível. -----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) disse que isto lhe faz lembrar a história do pai liberal que diz que o filho quer queira quer não há-de ser bombeiro voluntário. Quer queiramos quer não, somos obrigados a aderir a este sistema porque o Governo decidiu criar um sistema inter-municipal, resolvendo ou tentando resolver o problema da lagoa de Óbidos e da concha de São Martinho. Se enveredarem por outras opções dificilmente terão acesso a fundos comunitários. Porque só com estes sistemas inter-municipais haverá financiamento, não obstante estarmos num país livre em que há órgãos que decidem e podem enveredar por outra solução. Não estão a afrontar esta solução mas gostava que lhes dessem alguma informação porque é que em determinada altura se fez a opção por este sistema. Quais as razões de âmbito económico, estratégico, racional, que levam a admitir que este sistema é melhor que outro. Por algumas comparações que verificou na acta da reunião de Câmara há algumas situações aberrantes. É referido o emissário de Vale Francas / Moita Boa / Casalinho, com cerca de 220 habitantes e cerca de 4000 m, o que acarretaria um custo de cerca de 40 mil contos (181 contos por habitante). Pergunta se não será mais barato e ter menos impacto nas obras, construírem-se pequenas E.T.A.R.S. nestas povoações. Gostaria de ser esclarecido sobre estas diferenças de filosofia. Porque é que este método é bom em detrimento de outros? Levantam-se outras dúvidas ao nível dos custos que isto trará para a autarquia. Existe o problema das águas residuais misturadas com as águas pluviais. Não obstante isto a Câmara enquanto sócia poderá ver-se obrigada a entrar com mais dinheiro desde que haja aumento de capital. Referiu desconhecerem os tarifários. Colocou a questão de porque é que neste sistema as águas mais tarde não são aproveitadas para fins agrícolas. Não tem aqui um aproveitamento depois das águas tratadas para fins

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

agrícolas pelo que se perde alguma dessa água. Existem uma série de dúvidas que o levam a não poder tomar partido. Questionou porque motivo são colocados dois pontos de interrogação à frente das Caldas da Rainha, no quadro com a posição tomada pelas diversas autarquias. Pergunta se esta autarquia vai ou não aderir a este sistema. Uma vez que na reunião de Câmara houve três vereadores que tomaram uma posição diferente encontrando-se um deles presente nesta sessão, solicitou-lhe que esclareça a posição que tomou. -----

-----O senhor vereador José Vítor Silva lamentou que na reunião de Câmara onde esta questão foi abordada não tivessem tido acesso a tanta informação como os deputados municipais hoje têm a felicidade de ter, facto que levou a ter várias dúvidas relativamente à rentabilidade social do projecto para o Bombarral. Está inteiramente de acordo que o futuro da gestão da água e dos resíduos tem que ter uma visão global porque só assim poderá haver uma homogeneidade de qualidade de vida dos munícipes. Evidentemente que a nível das águas concorda que a curto / médio prazo o Bombarral irá ter graves problemas no abastecimento. A nível de saneamento acha que este projecto podia ser muito mais abrangente num concelho que é maioritariamente agrícola. Foi também isso que o levou a votar contra. A desproporção entre o capital das autarquias e o capital do Estado que tem uma posição maioritária, leva a que possa nomear todo o concelho de administração da empresa, podendo com isso arredar a intervenção das autarquias. Quem vai dar a cara não é a empresa Águas do Oeste, mas sim os presidentes de Câmara, os vereadores e os deputados municipais e esses não vão ter acesso à gestão da empresa. Claro que podiam dizer que um dos administradores será nomeado pelas autarquias, mas na realidade haverá luta entre a rentabilidade do negócio e a rentabilidade social. Haverá grandes discussões entre estas duas filosofias. Por último acha que a distribuição de capital pelas autarquias não é lógica nem justa. A filosofia foi que quem produzir mais água para os emissários terá mais acções mas são essas as autarquias que mais irão lucrar. Acho que o Bombarral com 3% é uma posição tão minoritária que não vai ter acesso a qualquer possibilidade de intervenção na gestão. Por isso tudo acha que este projecto devia ser liderado pela A.M.O. e devia ter uma posição maioritária das autarquias. Podendo a gestão efectiva pertencer ao I.P.E.. Relativamente às águas só queria alertar que o custo social vai deixar de ser assumido pelas autarquias, porque a empresa ao colocar a água a determinado custo, as autarquias vão ter pouca maliabilidade de gerir os tarifários e os bombarralenses vão ser prejudicados em termos de tarifário. Frisou que não é contra a filosofia do projecto, o processo é que não está bem conduzido de forma a agradar aos concelhos mais pequenos. -----

AUSÊNCIAS: Pelas 23.20 horas ausentaram-se da sessão os senhores Jorge Franca (P.S.D.) e António Cardoso (P.S.). -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que de facto na informação distribuída aparece o capital social dividido de uma certa forma. Quem mais polui, tem a factura maioritária em termos de integração. Deve esclarecer que esta circunstância de que os concelhos que têm um valor residual, deixaram bem claro nas várias reuniões que porque este sistema já tem uma verdadeira rentabilidade, porque tratando-se de completar a rede que não existe fazem um apelo para que a quota parte dessa

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

inexistência fosse apoiada pelas verbas destinadas ao Ministério do Ambiente. No que toca à questão colocada pelo senhor Jorge Gabriel, informo que Torres Vedras também já aprovou a adesão. Em Caldas da Rainha ainda não foi apreciada a questão, sendo que este concelho já está a beneficiar da primeira fase do sistema, tudo levando a crer que haverá um a posição de equilíbrio e razoabilidade. -----

-----O Dr. Paulo Campos disse que a E.P.A.L. pela análise que fizeram os consultores terá que ser sempre uma origem a considerar dada a deficiente qualidade de água existente na região, mas não estarão dependentes em exclusivo. Sem a possibilidade de se trazerem águas da E.P.A.L. a situação ficaria muito difícil porque as águas de superfície têm uma qualidade reduzida e as águas subterrâneas só são possíveis se forem misturadas com as águas de superfície. Quanto ao problema da agricultura não é um objectivo traçado para o sistema. Há outros projectos em curso que estudam águas que podem ser disponibilizadas para práticas agrícolas. Em relação á referência do senhor Víctor Costa sobre a separação das redes pluvial e residual como factor importante, se fosse autarca consideraria importante o facto do município poder ficar liberto do investimento em infra-estruturas pode canalizar verbas para a separação das redes. Não é pelo facto de haver esta associação a um sistema multimunicipal que se torna premente, mas por esse facto podem-se criar condições para que se resolva o problema. Relativamente á intervenção do senhor Gabriel Martins, fez uma intervenção marcada pela frase somos forçados a aderir. Não corrobora com esta frase porque existe um conjunto significativo de opções para o município. Os fundos de coesão fomentam e exigem projectos supra municipais e integrados que resolvam os problemas do ciclo integral das águas residuais e que não se estejam a multiplicar um conjunto de investimentos. As alternativas que existem são duas: construção de um sistema inter-municipal que pode ser gerido pela própria associação ou por uma concessão através de concurso público. No sistema multi-municipal é no fundo uma cooperação entre a administração central e a administração local para resolver o problema e que só são constituídos quando existem investimentos muito significativos. Há outras alternativas se não se considerar o financiamento pelos fundos de coesão. Se o município não quiser integrar o sistema multi-municipal pode ficar sozinho e candidatar-se a uma outra medida. A análise que os municípios fazem é que esta solução é a mais interessante e no passado já aderiram 70 municípios. Não foi a I.P.E. quem veio defender esta solução. Tudo isto partiu de uma decisão da A.M.O. consubstanciada em dificuldades reais. Perante estas dificuldades a A.M.O. vendo as situações de outras associações de municípios, solicitou a criação do sistema multi-municipal de forma insistente e durante largos meses. A opção por este sistema foi baseada numa decisão dos autarcas da região Oeste. A concepção do projecto, que já a apanharam da A.M.O., foi feita em estreita colaboração com os executivos dos 14 municípios. Foi considerado em termos ambientais que a solução para as fontes poluidoras devia ser feita para um emissário submarino, indo ser feito um investimento muito significativo. Esta não é uma concepção definitiva estando a ser executada por técnicos em conjunto com os municípios. O que querem é encontrar uma solução que satisfaça o global. O problema de Caldas da Rainha será equacionado a seu tempo que será necessariamente curto, estando a ser feitas as demarches necessárias para se obter uma resposta. Não estão excessivamente

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

preocupados porque todas as partes vão ter que se entender sobre esta questão. Estão claramente confiantes que Caldas da Rainha irá aderir. -----

-----Em relação á questão colocada pelo senhor Gabriel Martins sobre o emissário de Vale Francas / Moita Boa / Casalinho, o eng. Catarino fez uma demonstração de custos referindo que um sistema para 1500 habitantes ao fim de 30 anos terá custado 35.600 contos, enquanto que no mesmo período uma E.T.A.R. custará mais de 60.000 contos. Disse já ter chegado há conclusão que se não se tiver 20 ou 30 mil habitantes será ambientalmente positivo mas não será rentável. Apenas será rentável quando houver zonas verdes com grande consumo de água como campos de golfe. -----

AUSÊNCIAS: Pelas 00.20 horas ausentou-se da sessão a senhora D. Eugénia Piteira (P.S.).-----

-----O Dr. Paulo Campos disse que se as autarquias têm 49% do capital obviamente terão que ter representação no conselho de administração e isso é o que acontece em todos os sistemas multimunicipais, estando assegurada a representatividade das autarquias. Este é um sistema que os concelhos mais pequenos e pobres não teriam nunca capacidade de levar a efeito senão estivessem integrados num sistema multi-municipal.-----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) disse chegar à conclusão de que este debate devia ter sido precedido de outro. O Dr. Paulo Campos deu a perspectiva de que havia alternativas. Se este é um projecto que veio a pedido da A.M.O. poder-se-ia não ter alternativas, mas só podia considerar isso se esta fosse a proposta ideal, o que não lhe pareceu pela intervenção do vereador Luis Duarte. Pensa que deveriam ter tido outro debate antes deste. Continua a não perceber porque é que têm que misturar água e saneamento porque não há grande racionalidade nas explicações. A junção da água complica o sistema porque estes sistemas integrados que têm a ver com a globalização têm vantagens e desvantagens, mas há que ter a inteligência de aproveitar as vantagens e reduzir as desvantagens. Na sua aldeia a Câmara Municipal fez canalizações de distribuição de água há algum tempo. Antes todas as habitações tinham um poço e uma canalização desse poço. Quando a Câmara fez a distribuição domiciliária de água ficaram obrigados a utilizar esse equipamento colectivo. A água dos poços não é utilizada passando a utilizar-se aquele sistema colectivo, mas por outro lado estão a desperdiçar as reservas que existiam. Ao passarem a utilizar este sistema integrado, aquilo que salta à vista é que passarão a desperdiçar as reservas que não são suficientes mas existem. Perguntou se existe algum local no país com uma fonte inesgotável. É a primeira vez que nesta Câmara Municipal ouvem dizer que os investimentos feitos nesta área são de muito curto prazo. Tudo isto lhe parece que foi uma forma airosa e altamente económica que o governo encontrou para resolver o problema da lagoa de Óbidos e da concha de São Martinho e de tal maneira boa que é a própria A.M.O. que pede para co-financiar a solução em vez de reivindicar que o governo resolva aquele problema de poluição que é da responsabilidade do governo. -----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) considerou que se está a revelar que estão a ir de encontro ao esclarecimento das suas dúvidas, embora acabem por surgir outras, pelo que este assunto deveria ter outro tipo de debate talvez menos formal. Quando o eng. Catarino fez o seu raciocínio e no nosso concelho aglomerados com mais

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

de 1500 habitantes é capaz de haver 3, todos os outros são muito abaixo disso, daí pensarem a um nível mais micro e surgirem algumas dúvidas quanto à aplicabilidade deste conceito. Vão criar este sistema mas na altura em que estiver criado há necessidade de rentabilizar. Quanto mais efluentes passarem pelos sistemas melhor. Então nessa altura será possível que algum concelho não queira aderir vá como cliente perguntar se podem colocar os seus efluentes no sistema e então qual será a resposta? É que estas situações poderão suscitar um tipo de abordagem em certas situações, poderemos desvincular-nos sozinhos e noutras não podemos e pagamos sem termos que aderir à empresa. Qual a possibilidade de existirem contrapartidas pondo à disposição equipamentos que temos disponíveis. -----

-----O Dr. Paulo Campos respondeu não ser necessário que os municípios sejam accionistas para entregarem os seus efluentes à sociedade. A flexibilidade é total podendo as Câmaras Municipais aderir apenas a uma das partes. É possível haver diversas soluções diferentes. Relativamente à integração de equipamentos municipais desde que sejam definidos na concepção do sistema, a empresa adquirirá os equipamentos e o município será ressarcido pelos investimentos efectuados. Não lhe parece que seja uma saída airosa para um problema. O que está subjacente é a resolução de um conjunto de problemas significativos que são da responsabilidade dos municípios. Aquilo que preside à constituição do sistema multi-municipal é por se considerar que é um problema estratégico para o governo. Num investimento de 30 milhões é necessário um endividamento na banca de 20 milhões, pelo que é fundamental a intervenção do Estado. Não é uma saída airosa mas sim um objectivo determinado do governo. Tudo o que seja uma tarifa que gere lucro superior aos 3% permitidos no contrato de concessão terá que ser corrigido com a diminuição da tarifa. É um sistema totalmente diferente do que seria se a Câmara Municipal optasse pela concessão total do sistema. Relativamente ao exemplo dado pela D. Teresa Faustino considerou que tudo o que foi dito em termos ambientais é grave porque os recursos aquíferos são para ser preservados. -----

-----O senhor presidente da Câmara referiu que a qualidade da água distribuída às populações é muito melhor que será a água dos vários poços. A conduta que actualmente existe foi concebida com um prazo de 15 anos para conduzir a água a um determinado número de pessoas, mas como a rede aumentou a conduta anterior não satisfaz e houve a necessidade de planear uma nova conduta. -----

-----**VOTAÇÃO:** Foi deliberado por maioria com dezassete votos a favor (11 do P.S.D., 4 do P.S. e 2 da C.D.U.) e quatro abstenções (4 do C.D.S./P.P.) autorizar a Câmara Municipal a aderir à empresa Águas do Oeste, S.A.. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) em nome da bancada do C.D.S./P.P. agradeceu a presença dos representantes do I.P.E. e disse que com a última explicação dada esteve tentado a aderir a esta ideia, mas como jurista é adepto do contraditório que faltou aqui hoje. -----

INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO: Pelas 00.37 horas foi a sessão interrompida. Sendo reatada pelas 00.45 horas. Não regressaram à sessão os senhores Victor Costa (P.S.), Virgílio Silva (P.S.) e Luisa Ferreira (P.S.D.).-----

REUNIÃO DO DIA 2000.05.26

-----**REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS VIATURAS DE PASSAGEIROS AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:** Presente a proposta de regulamento em epígrafe foi a mesma colocada à discussão. -----

-----O senhor presidente da Câmara fez uma breve introdução dizendo que este regulamento tem inseridas um conjunto de normas que já existiam mas que agora são compiladas. -----

-----O senhor Henrique Bicho (C.D.U.) questionou qual o critério para determinar se uma viagem é ou não de interesse para o município. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o interesse público será analisado a caso a caso para acautelar situações esporádicas. -----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o regulamento em epígrafe.

-----**LEI DAS AUTARQUIAS LOCAIS:** Usou da palavra o senhor presidente da Mesa da Assembleia questionando se devido ao adiantado da hora se deveria analisar hoje esta questão ou adiar a sua apreciação para a sessão ordinária de Junho. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) questionou qual o objectivo deste ponto porque na última sessão o senhor presidente leu um texto muito longo que merecia a atenção e discussão da Assembleia Municipal. Para a próxima reunião encontra-se agendada uma reunião da comissão de alteração ao regimento da Assembleia Municipal em que terá que se adequar o regimento à nova legislação. Considerou que a esta hora é praticamente impossível analisar esta questão. -----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia disse ter lido a moção com o pretexto de que se devia tomar uma posição clara no congresso da A.N.M.P.. Sobre este ponto, disse que o mesmo tinha a ver com aquilo que foi referido porque não acredita com os partidos não tenham contacto com os responsáveis partidários na Assembleia Municipal acerca da reforma em curso que vai ser tão radical no funcionamento e na forma de eleição dos órgãos autárquicos e que irá suceder já no próximo mandato. Irá agendar este ponto na ordem de trabalhos da próxima sessão. Pediu aos partidos para indicarem os seus representantes na Comissão de Acompanhamento das Alterações ao P.D.M., uma vez que até ao momento só o C.D.S./P.P. o fez. -----

-----Nada mais havendo a tratar pelas 01.00 horas foi a sessão encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada pelos membros da mesa nela intervenientes.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia:

O Primeiro Secretário: